



# Demonstrações Financeiras Intermediárias

---

Porto Seguro Companhia  
de Seguros Gerais

30 de Junho de 2025

---

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

---

### Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes demonstrações financeiras intermediárias, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao período de 30 de junho de 2025.

---

## NOSSO DESEMPENHO

---

- **Prêmios emitidos**

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no período R\$ 10.602,7 milhões, um aumento de R\$ 2.640,4 milhões, 33,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em continuidade ao processo de reorganização societária do Grupo Porto, iniciado em 2023 e voltado à concentração de negócios similares em verticais, a Companhia deu início, a partir de 2025, à emissão de novas apólices de seguros de automóveis da marca Azul, bem como a renovação de apólices existentes, anteriormente emitidas pela controlada Azul Seguros.

Nesse mesmo contexto, as novas apólices de seguros residenciais da controlada Itaú Auto e Residência, bem como suas renovações de seguros existentes, também foram emitidas na Companhia.

Essas ações têm como objetivo gerar sinergias operacionais e tecnológicas, mantendo, no entanto, a preservação das marcas Azul e Itaú.

- **Despesas administrativas**

No período, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 13,1%, com aumento de 0,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento principalmente ocorreu na despesas relacionadas a pessoal próprio.

- **Resultado financeiro**

O resultado financeiro totalizou no período R\$ 340,1 milhões, um aumento de R\$ 164,1 milhões, 93,3% em relação mesmo período do ano anterior.

- **Índice combinado**

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no período foi de 91,0%, um aumento de 2,3 p.p. em relação aos 88,7% do período anterior. Já o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no semestre foi de 87,6%, com um

aumento de 0,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Estas variações decorrem principalmente da aumento do índice de sinistralidade e da despesa administrativa.

- **Resultado do período e por ação**

O resultado totalizou no período R\$ 832,1 milhões, uma aumento de R\$ 114,7 milhões, 16,0% em relação ao ano anterior. Essa variação decorreu substancialmente do aumento expressivo dos prêmios emitidos e resultado financeiro. O resultado por ação, por sua vez, apresentou variação positiva em decorrência desse aumento, sendo R\$ 1,16 no período e R\$ 1,03 no período anterior.

- **Declaração de capacidade financeira**

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria "Custo amortizado", títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

---

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

---

### **Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios**

#### **Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera**

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

#### **1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social**

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

#### **2. Estratégia Climática e Circularidade**

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta\* com energia renovável (\*por meio de autogeração e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

#### **3. Produtos e Soluções Sustentáveis**

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

#### **4. Engajamento da Cadeia de Valor**

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de "stakeholders", por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025–2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar — indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

---

## **AMBIENTE ECONÔMICO**

---

O ambiente econômico no início do terceiro trimestre mostra os efeitos da política comercial difusa dos EUA. A isto se soma um ambiente doméstico de desempenho ainda sustentado do PIB. A inflação elevada deverá ser atenuada à frente por conta da forte apreciação cambial deste ano, enquanto a incerteza fiscal manterá as expectativas de inflação acima da meta.

Antevemos reduções da taxa Selic a partir do primeiro trimestre de 2026, mas a ausência de forte desaceleração da atividade doméstica e manutenção das expectativas desancoradas limitam a magnitude do ciclo de corte.

Nos EUA, a Guerra Comercial e a política fiscal do novo governo são os principais determinantes da política econômica. O nível final das tarifas de importação, bem como quais parceiros comerciais serão os mais impactados está em aberto.

O segundo trimestre deixou clara a natureza pendular das negociações. Ainda assim, o nível médio das tarifas ficará substancialmente acima dos 2,5% observados em 2024, implicando em redistribuição de custos ao longo da cadeia de produção e consumo dos bens importados.

Há dúvidas consideráveis sobre como esta alteração de custos impactará o equilíbrio geral nos EUA. Por um lado, espera-se atividade mais fraca, o que parece referendado pelo menor ritmo de criação de vagas no setor privado de serviços. Por outro, a elevação de preços importados não significa imediatamente pressão inflacionária. Os índices de preços ao consumidor divulgados durante o segundo trimestre falharam em mostrar aceleração da inflação.

Nota-se que o diagnóstico não é de recessão, mas ainda assim o ambiente de menos crescimento e inflação permitirá ajuste gradual da taxa de política monetária norte-americana. Esta avaliação será

testada caso (i) observe-se forte contração da atividade; (ii) a inflação acelere ou (iii) o ambiente fiscal desafiador se reflita em elevação dos prêmios de risco e impeçam cortes do FED.

A conjuntura doméstica mostra lenta desaceleração em algumas aberturas da atividade econômica, enquanto mercado de trabalho e renda seguem notadamente aquecidos.

Há forças conflitantes atuando sobre a atividade econômica no segundo semestre. Enquanto a política monetária restringe a demanda, a execução fiscal poderá impulsioná-la. O bom desempenho da atividade no começo do ano, junto ao comportamento dos indicadores de alta frequência sugerem crescimento do PIB de 2,5% em 2025.

Com PIB forte e mercado de trabalho aquecido, a inflação mais sensível ao ciclo segue pressionada. No entanto, a combinação de dólar global fraco (e consequente apreciação do BRL) junto a preços de commodities mais baixos beneficia a inflação dos itens comercializáveis do IPCA. Assim, a trajetória esperada da inflação para 2026 torna-se mais benigna e permitirá que o Banco Central reduza a taxa Selic a partir do primeiro trimestre do ano que vem.

Isto ocorre a despeito da posição fiscal delicada da economia brasileira. A trajetória projetada da dívida está em ascensão, com resultado nominal negativo e elevado juro pago sobre a dívida pública. Este tema terá de ser equacionado na segunda metade da década e possivelmente ajuda a manter as expectativas de inflação pressionadas.

Um fator relevante de volatilidade e incerteza é a evolução da relação comercial bilateral entre EUA e Brasil. Dada a característica de nossa pauta de exportação para os EUA e o peso relativamente pequeno das exportações no PIB, o acirramento da relação tende a ter impacto baixo a moderado na atividade. O efeito maior pode ser registrado no prêmio de risco doméstico e no câmbio, revertendo o benefício do dólar fraco sobre a inflação registrado até o momento.

Nota-se ainda que eventual retaliação e/ou escalada do conflito comercial levaria a um efeito relevantemente negativo para a atividade e alto para a inflação (dada a nossa pauta de importação).

Os principais riscos para a economia doméstica são: (i) rápida deterioração na atividade; (ii) piora na trajetória fiscal; (iii) deterioração comercial que impacte o prêmio de risco; (iv) fortalecimento do dólar global.

Dado o cenário prospectivo, o ambiente fiscal desafiador, as expectativas de inflação e os principais riscos para a economia doméstica, há um limitador para a magnitude do ciclo de queda da taxa Selic, que deverá permanecer acima do consistente com seu patamar nominal neutro.

---

## AGRADECIMENTOS

---

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 12 de agosto de 2025.

### À Administração.

---

## DIRETORIA

---

José Rivaldo Leite da Silva	Diretor Presidente
Paulo Sérgio Kakinoff	CEO Seguros
Patrícia Chacon Jimenez	COO (Chief Operating Officer) – Seguros
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos
Luiz Augusto de Medeiros Arruda	Diretor Vice-Presidente - Comercial, Marketing, Clientes e Dados
Marcos Roberto Loução	Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros
Lene Araújo de Lima	Diretor Vice-Presidente
Sami Foguel	Diretor Vice-Presidente
Rafael Veneziani Kozma	Diretor de Controladoria
Adriana Pereira Carvalho Simões	Diretora Jurídica e Riscos
Jaime Soares Batista	Diretor Produto Automóvel
Marcos Rogério Sirelli	Diretor de Tecnologia da Informação
Carlos Eduardo Naegeli Gondim	Diretor de Produto – Seguros de Pessoas
Jarbas de Medeiros Baciano	Diretor de Produto – Ramos Elementares
Patrícia Quirico Coimbra	Diretor de Gente e Cultura
Domingos de Toledo Piza Falavina	Diretor
Izak Rafael Benaderet	Diretor
Luiz Vicente Guaranha Lapenta	Diretor
Marcelo Sebastião da Silva	Diretor
Nelson Santos Aguiar	Diretor
Tiago Violin	Diretor

Daniele Gomes Yoshida  
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

Mariana Luccas Mendes  
Atuária - MIBA nº 2471



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

**Shape the future  
with confidence**

Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias**

Aos  
Diretores, Conselheiros e Acionistas da  
**Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13 e 22, em 30 de junho de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 14.029.548 mil (bruto de resseguro). Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da Diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.



**Shape the future  
with confidence**

Adicionalmente, a Diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo (“TAP”) com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras intermediárias.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

*Como nossa auditoria conduziu esse assunto:*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras intermediárias, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.



**Shape the future  
with confidence**

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.



Shape the future  
with confidence

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o(s) valor(es) fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras intermediárias do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de agosto de 2025

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'PP', with a horizontal line underneath.

Patrícia di Paula da Silva Paz  
Contadora CRC-SP198827/O

Ativo	Nota explicativa	Junho de 2025	Dezembro de 2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Circulante</b>		<b>12.408.132</b>	<b>10.809.765</b>	<b>Circulante</b>		<b>15.098.646</b>	<b>12.936.844</b>
Disponível	7	29.354	95.613	Contas a pagar		1.392.063	1.358.420
Caixa e bancos		29.354	95.613	Obrigações a pagar	18.1	415.524	542.750
Equivalentes de caixa	7	211.415	317.176	Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	648.501	543.363
Aplicações financeiras	8	519.872	726.157	Encargos trabalhistas		130.579	121.017
Créditos das operações com seguros e resseguros		8.525.051	7.081.287	Empréstimos e financiamentos	19	116.562	99.777
Prêmios a receber	9.1	8.464.403	7.017.067	Impostos e contribuições		62.325	36.448
Operações com seguradoras		40.457	31.890	Outras contas a pagar		18.572	15.065
Operações com resseguradoras	5.1	20.191	32.330	Débitos das operações com seguros e resseguros	21	859.374	821.430
Outros créditos operacionais	9.2	221.389	79.974	Prêmios a restituir		—	21.780
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	151.776	149.990	Operações com seguradoras		22.321	21.768
Títulos e créditos a receber		307.323	330.687	Operações com resseguradoras		53.333	90.843
Títulos e créditos a receber	10	56.608	71.684	Corretores de seguros e resseguros	21.1	724.943	631.192
Créditos tributários e previdenciários	11	66.161	98.328	Outros débitos operacionais		58.777	55.847
Outros créditos	10.2	184.554	160.675	Depósitos de terceiros	20	33.059	50.500
Outros valores e bens	12	114.649	103.913	Provisões técnicas - seguros	22	12.798.740	10.692.524
Bens à venda		11.847	3.016	Danos		11.899.203	9.882.344
Outros valores		102.802	100.897	Pessoas		479.262	423.278
Despesas antecipadas		155.779	92.816	Vida individual		420.275	386.902
Custos de aquisição diferidos	13	2.171.524	1.832.152	Outros débitos		15.410	13.970
Seguros		2.171.524	1.832.152	Débitos diversos	24	15.410	13.970
<b>Não Circulante</b>		<b>12.540.358</b>	<b>11.676.180</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>2.869.286</b>	<b>2.792.549</b>
Realizável a longo prazo		7.782.829	6.972.912	Contas a pagar		517.779	507.538
Aplicações financeiras	8	4.677.480	3.972.860	Obrigações a pagar	18.1	155.588	140.727
Créditos das operações com seguros e resseguros		648.209	608.166	Tributos diferidos	11.1.3	302.913	299.618
Prêmios a receber	9.1	648.209	608.166	Empréstimos e financiamentos	19	59.278	67.193
Outros créditos operacionais		34.172	30.977	Provisões técnicas - seguros	22	1.230.808	1.194.581
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	9.065	14.834	Danos		1.106.899	1.068.716
Títulos e créditos a receber		2.029.852	1.989.850	Pessoas		88.588	90.551
Títulos e créditos a receber	10	2.933	185	Vida individual		35.321	35.314
Créditos tributários e previdenciários	11	880.515	867.331	Outros débitos		1.120.699	1.090.430
Depósitos judiciais e fiscais	14	1.142.625	1.119.449	Provisões judiciais	23.1	1.006.793	976.112
Outros créditos	10.2	3.779	2.885	Débitos diversos	24	113.906	114.318
Outros valores e bens	12	240.152	217.471	<b>Patrimônio líquido</b>	25	<b>6.980.558</b>	<b>6.756.552</b>
Despesas antecipadas		12.046	11.681	Capital social		3.810.299	3.634.799
Custos de aquisição diferidos	13	131.853	127.073	Aumento de capital - em aprovação		—	175.500
Seguros		131.853	127.073	Reservas de reavaliação		(1.359)	(223)
Investimentos		2.837.951	2.825.529	Reservas de lucros		2.854.695	3.226.723
Participações societárias	15	2.837.951	2.825.529	Ajustes de avaliação patrimonial		(233.910)	(280.247)
Imobilizado	16	316.264	305.794	Lucros acumulados		550.833	—
Imóveis de uso próprio		11.775	11.881				
Bens móveis		167.830	166.185				
Outras imobilizações		136.659	127.728				
Intangível	17	1.603.314	1.571.945				
Outros intangíveis		1.603.314	1.571.945				
<b>Total do ativo</b>		<b>24.948.490</b>	<b>22.485.945</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>24.948.490</b>	<b>22.485.945</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

**Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais**  
**Demonstração do resultado para o período findo em 30 de junho de**  
**2025**



(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Junho de 2025	Junho de 2024
Prêmios emitidos	26	10.602.684	7.962.324
Variações das provisões técnicas de prêmios	27	(1.669.780)	12.705
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>26</b>	<b>8.932.904</b>	<b>7.975.029</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>	<b>28</b>	<b>(4.464.166)</b>	<b>(3.921.301)</b>
<b>Custos de aquisição</b>	<b>29</b>	<b>(2.123.701)</b>	<b>(1.850.114)</b>
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>30</b>	<b>(134.871)</b>	<b>(97.852)</b>
<b>Resultado com resseguro</b>		<b>(41.508)</b>	<b>(33.626)</b>
Receitas com resseguro		33.692	33.142
Despesas com resseguro		(75.200)	(66.768)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>31</b>	<b>(1.166.621)</b>	<b>(981.903)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>32</b>	<b>(236.353)</b>	<b>(226.531)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>33</b>	<b>340.071</b>	<b>175.972</b>
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>134.796</b>	<b>141.630</b>
<b>Resultado operacional</b>		<b>1.240.551</b>	<b>1.181.304</b>
<b>Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>110</b>	<b>(1.683)</b>
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>1.240.661</b>	<b>1.179.621</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>11.2</b>	<b>(140.802)</b>	<b>(167.815)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>11.2</b>	<b>(79.421)</b>	<b>(88.201)</b>
<b>Participações sobre o resultado</b>		<b>(188.329)</b>	<b>(206.182)</b>
<b>Resultado do período</b>		<b>832.109</b>	<b>717.423</b>
Quantidade de ações		717.468	698.593
Resultado por ação básico e diluído	36	1,1598	1,0300

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Junho de 2025	Junho de 2024
<b>Resultado do período</b>	<b>832.109</b>	<b>717.423</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>46.337</b>	<b>(103.251)</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período:</b>		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	38.635	(97.565)
Efeitos tributários	(15.454)	39.026
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas	47.825	(35.751)
Efeitos tributários - controladas	(19.130)	14.300
Ajustes acumulados de conversão/outros	(1.811)	(23.261)
Ganhos e perdas atuariais	(6.213)	—
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais	2.485	—
<b>Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários</b>	<b>878.446</b>	<b>614.172</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento/redução de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>2.210.885</b>	<b>1.423.914</b>	<b>1.650</b>	<b>3.021.679</b>	<b>(103.400)</b>	<b>—</b>	<b>6.554.728</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		—	—	—	(552.000)	—	—	(552.000)
Reserva de reavaliação:								
Realização		—	—	(2.331)	—	—	2.331	—
Outros		—	—	892	—	—	—	892
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas		—	—	—	53.077	—	—	53.077
Ações alienadas controladora/controladas		—	—	—	(115.621)	—	—	(115.621)
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	(103.251)	—	(103.251)
Resultado do período		—	—	—	—	—	717.423	717.423
JCP intercalares (0,21 por ação)		—	—	—	—	—	(148.905)	(148.905)
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>		<b>2.210.885</b>	<b>1.423.914</b>	<b>211</b>	<b>2.407.135</b>	<b>(206.651)</b>	<b>570.849</b>	<b>6.406.343</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>3.634.799</b>	<b>175.500</b>	<b>(223)</b>	<b>3.226.723</b>	<b>(280.247)</b>	<b>—</b>	<b>6.756.552</b>
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	25 (e)	—	—	—	(284.000)	—	—	(284.000)
Aumento/redução de capital:								
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.474	25 (a)	35.000	(35.000)	—	—	—	—	—
Portaria CGRAJ/SUSEP Nº 2.500	25 (a)	140.500	(140.500)	—	—	—	—	—
Reserva de reavaliação:								
Realização	25 (c)	—	—	(1.808)	—	—	1.808	—
Outros		—	—	672	—	—	—	672
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas	25 (f)	—	—	—	80.439	—	—	80.439
Ações alienadas controladora/controladas	25 (f)	—	—	—	(168.467)	—	—	(168.467)
Ajustes de avaliação patrimonial	25 (b)	—	—	—	—	46.337	—	46.337
Resultado do período		—	—	—	—	—	832.109	832.109
JCP intercalares (0,39 por ação)	25 (e)	—	—	—	—	—	(283.084)	(283.084)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>		<b>3.810.299</b>	<b>—</b>	<b>(1.359)</b>	<b>2.854.695</b>	<b>(233.910)</b>	<b>550.833</b>	<b>6.980.558</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

(em milhares de reais)

	Junho de 2025	Junho de 2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado do período	832.109	717.423
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	147.353	113.235
Ganho por redução ao valor recuperável dos ativos	(33.679)	(864)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(110)	1.683
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.791.884	(43.846)
Resultado de equivalência patrimonial	(141.107)	(147.942)
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações financeiras	(498.335)	513.332
Créditos das operações com seguros	(1.472.907)	(359.044)
Ativos de resseguro e provisões técnicas	3.983	29.713
Créditos tributários e previdenciários	32.167	(27.189)
Ativo fiscal diferido	(13.184)	(27.266)
Despesas antecipadas	(63.328)	(23.222)
Depósitos judiciais e fiscais	(23.176)	(21.021)
Custos de aquisição diferidos	(344.152)	(22.951)
Outros ativos	(195.636)	71.981
Impostos e contribuições	208.305	207.417
Outras contas a pagar	33.489	(189.278)
Débitos das operações com seguros e resseguros	37.944	44.838
Depósitos de terceiros	(17.441)	(32.907)
Pagamento provisões técnicas - seguros e resseguros	350.559	118.222
Provisões judiciais	30.681	23.556
Passivos de arrendamento	1.028	(3.689)
Outros passivos	(83.482)	(187.239)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Recebimento de dividendos e JCP	176.584	275.000
Imposto de renda e contribuição social pagos	(182.428)	(183.692)
Juros sobre captação de recursos pagos	(12.176)	(589)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>564.945</b>	<b>845.661</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aumento/ redução de capital - controladas	(28.000)	—
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	1.606	340
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(52.779)	(26.712)
Intangível	(129.865)	(85.682)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(209.038)</b>	<b>(112.054)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de recursos	—	—
Distribuição de dividendos e JCP	(524.621)	(678.569)
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	(3.306)	(6.646)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(527.927)</b>	<b>(685.215)</b>
<b>Aumento / (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(172.020)</b>	<b>48.392</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	412.789	110.655
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	240.769	159.047

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 e Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia faz parte da vertical de seguros, sendo uma controlada direta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 30 de junho de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (\*):

<b>Porto Seguro Cia de Seguros Gerais</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1 %
<b>Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguros S.A.	0,1 %
<b>Porto Seguros S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro S.A.	99,9 %
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	0,1 %
<b>Porto Seguro Pagamentos Ltda.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	100,0 %
<b>Porto Seguro S.A.</b>	<b>Participação</b>
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8 %
Ações em circulação	29,2 %
<b>Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0 %
Itauseg Participações S.A.	23,1 %
Itaú Unibanco S.A.	19,1 %
Rosag Empreend. Participações S/A.	15,8 %
Itaú Seguros S.A.	0,8 %
Ações em circulação	0,2 %
<b>Pares Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Jaime Brasil Garfinkel	32,9 %
Cleusa de Campos Garfinkel	30,5 %
Bruno Campos Garfinkel	18,3 %
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3 %
<b>Rosag Empreendimentos e Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Jayme Brasil Garfinkel	100,0 %
<b>Itauseg Participações S.A.</b>	<b>Participação</b>
Banco Itaucard S.A.	26,4 %
Itaú Unibanco S.A.	62,4 %
Banco Itaú BBA S.A.	11,2 %
<b>Itaú Unibanco S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Banco Itaucard S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Banco Itaú BBA S.A.</b>	<b>Participação</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0 %
<b>Itaú Unibanco Holding S.A.</b>	<b>Participação</b>
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7 %
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3 %
Outros	9,0 %

(\*) Participações nas ações ordinárias.

## **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

### **2.1 BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando referendados pela SUSEP.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras intermediárias apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa.

Essas demonstrações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 12 de agosto de 2025.

### **2.2 CONTINUIDADE**

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

### **2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

### **2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS**

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas: Azul Companhia de Seguros Gerais, Porto Seguro Vida e Previdência, Itaú Auto e Residência e Porto Seguro Capitalização, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

## 2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

### **CPC 50 – CONTRATOS DE SEGUROS (IFRS 17)**

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

### **Lei 15040/2024 – LEI DO CONTRATO DE SEGUROS**

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Os possíveis impactos da Lei estão sendo avaliados pela Administração.

### **CPC 26 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**

A principal alteração introduzida pela IFRS 18 é a forma como as entidades irão estruturar as suas respectivas demonstrações de resultados. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC está trabalhando na tradução e adaptação da IFRS 18 para o contexto brasileiro, com o objetivo de emitir um novo pronunciamento técnico que a incorpore ao sistema contábil nacional. Espera-se que a nova norma entre em vigor substituindo o CPC 26 (R1).

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025**

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

## 2.6 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes.

As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no período findo em 30 de junho de 2025.

### 3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

### 3.2 ATIVOS FINANCEIROS

#### (a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

**(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

**(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

**(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO**

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

**(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de

fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no período de 30 de junho de 2025.

### **3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)**

#### **3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)**

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou “impaired”. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

#### **3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA**

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

### **3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

### 3.5 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

### 3.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados, originados dos ramos de automóveis. Alguns que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

### 3.7 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

### 3.8 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

### 3.9 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

### 3.10 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

### **3.11 INTANGÍVEL**

#### **(a) “SOFTWARES”**

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

### **3.12 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO**

A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

### **3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS**

#### **3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO**

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 – Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis.

Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

**(a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

**(b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

**(c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) – administrativa e judicial – é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

**(d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

**(e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

### 3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 – Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Seguradora, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022 . Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas visando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 50% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 49,8%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios – PPNG e PPNG-RVNE.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

**Junho de 2025**

<b>Grupo de Contratos</b>	<b>Automóvel</b>	<b>Riscos Financeiros</b>	<b>Patrimonial</b>	<b>Vida Individual</b>	<b>Responsabilidades</b>	<b>Vida Coletivo</b>	<b>Transportes</b>	<b>Rural</b>	<b>PCC Final</b>
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.382.329	485.807	434.064	144.075	37.818	8.265	4.099	11.562	—
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	—	—	—	—	—	21.314	21.156	—	—

**Dezembro de 2024**

<b>Grupo de Contratos</b>	<b>Automóvel</b>	<b>Riscos Financeiros</b>	<b>Patrimonial</b>	<b>Vida Individual</b>	<b>Responsabilidades</b>	<b>Vida Coletivo</b>	<b>Transportes</b>	<b>Rural</b>	<b>PCC Final</b>
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.120.287	451.606	373.841	155.112	47.889	7.558	4.141	9.463	—
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	—	—	—	—	—	19.708	23.477	—	—

### 3.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev – Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

### 3.15 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

### **3.16 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO**

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

### **3.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS**

#### **3.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO**

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

#### **3.17.2 RECEITA DE JUROS**

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

### **3.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO**

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

### **3.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

### **3.20 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS**

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

## **4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS**

A elaboração das demonstrações financeiras intermediárias requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### **4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS**

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

#### 4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

#### 4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

#### 4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### 5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco, e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhamentos quanto às devidas exposições:

### 5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset Management.

Em 30 de junho de 2025, 95,4% (95,2% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de “rating” “AAA” e “AA” de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada “impaired”.

- (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.
- (c) **Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em “ratings” de agências externas, considerando “A” como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O “rating” foi atribuído pela agência de classificação de risco “Standard & Poor’s”:

<b>Classe</b>	<b>Categoria de risco</b>	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
	brAAA	1.428	2.470
	AA+	4.769	6.056
Local	A+	4.684	7.409
	AA	3.720	8.641
	brAA-	1.617	3.553
	A+	901	1.132
Admitida	AA+	33	34
	AA-	3.022	3.035
Eventual	A+	17	—
<b>Total de recebíveis de resseguro</b>		<b>20.191</b>	<b>32.330</b>

## 5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	742.264	53.334	829.174	107.151
Fluxo de 1 a 30 dias	2.013.062	773.233	1.908.114	680.592
Fluxo de 2 a 6 meses	4.743.539	4.342.028	3.947.644	3.641.515
Fluxo de 7 a 12 meses	2.105.240	2.866.132	1.487.799	2.342.857
Fluxo acima de 1 ano	5.552.461	1.731.834	5.472.851	1.431.025
<b>Total</b>	<b>15.156.566</b>	<b>9.766.561</b>	<b>13.645.582</b>	<b>8.203.140</b>

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

### 5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	62,2%	54,2%
Prefixados	33,0%	34,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	2,0%	7,5%
Ações	—%	0,4%
Outros	2,8%	3,3%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 30 de junho de 2025.

Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixado	+ 50 b.p.	(135.968)
	+ 25 b.p.	(70.352)
	+ 10 b.p.	(28.709)
	- 10 b.p.	28.709
	- 25 b.p.	70.352
	- 50 b.p.	135.968
Índices de preço	- 50 b.p.	(406.593)
	+ 25 b.p.	(222.157)
	+ 10 b.p.	(94.172)
	- 10 b.p.	94.172
	- 25 b.p.	222.157
	- 50 b.p.	406.593
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(896)
	+ 25 b.p.	(747)
	+ 10 b.p.	(597)
	- 10 b.p.	597
	- 25 b.p.	747
	- 50 b.p.	896
Ações	± 34%	32.024
	± 17%	16.012
	± 9%	8.006

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

#### 5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes contas de risco:

**(a) Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

**(b) Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.13.2).

**(c) Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

**(d) Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Bruto de Resseguro (*)											Junho de 2025	
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	5.283.547	71,0%	1.144.562	77,9%	339.232	69,2%	446.656	79,4%	529.786	81,5%	7.743.783	73,0%
Sul	919.250	12,4%	191.231	13,0%	77.714	15,9%	88.583	15,7%	62.977	9,7%	1.339.755	12,6%
Nordeste	642.617	8,6%	65.147	4,4%	33.691	6,9%	8.275	1,5%	21.766	3,4%	771.496	7,3%
Centro Oeste	482.159	6,5%	50.915	3,5%	29.552	6,0%	18.456	3,3%	24.808	3,8%	605.890	5,7%
Norte	111.904	1,5%	17.993	1,2%	9.846	2,0%	506	0,1%	10.356	1,6%	150.605	1,4%
<b>Total Geral</b>	<b>7.439.477</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.469.848</b>	<b>100,0%</b>	<b>490.035</b>	<b>100,0%</b>	<b>562.476</b>	<b>100,0%</b>	<b>649.693</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.611.529</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Não incluem os valores de RVNEs e cosseguros aceitos / cedidos nos montantes líquidos de R\$ 8.845 (R\$39.198 em 31 de dezembro de 2024).

Junho de  
2025

Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	5.266.192	71,1%	1.144.308	77,9%	330.862	69,1%	445.870	79,4%	492.779	81,4%	7.680.011	73,0%
Sul	910.551	12,3%	190.079	12,9%	76.350	16,0%	88.388	15,7%	58.913	9,7%	1.324.281	12,6%
Nordeste	639.694	8,6%	65.104	4,4%	32.863	6,9%	8.212	1,5%	20.530	3,4%	766.403	7,3%
Centro Oeste	478.776	6,5%	50.880	3,5%	28.850	6,0%	18.414	3,3%	23.155	3,8%	600.075	5,7%
Norte	111.221	1,5%	17.980	1,2%	9.605	2,0%	479	0,1%	10.050	1,7%	149.335	1,4%
<b>Total Geral</b>	<b>7.406.434</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.468.351</b>	<b>100,0%</b>	<b>478.530</b>	<b>100,0%</b>	<b>561.363</b>	<b>100,0%</b>	<b>605.427</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.520.105</b>	<b>100,0%</b>

Dezembro de  
2024

Bruto de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	7.975.574	72,3%	2.117.444	77,4%	625.350	70,6%	855.991	80,6%	1.017.256	79,5%	12.591.615	74,1%
Sul	1.363.134	12,4%	359.293	13,1%	135.359	15,3%	156.105	14,7%	140.102	11,0%	2.153.993	12,7%
Nordeste	796.383	7,2%	117.958	4,3%	57.250	6,5%	17.109	1,6%	47.045	3,7%	1.035.745	6,1%
Centro Oeste	711.209	6,5%	107.432	3,9%	49.896	5,6%	31.394	3,0%	54.648	4,3%	954.579	5,6%
Norte	177.828	1,6%	34.828	1,3%	18.315	2,1%	1.364	0,1%	19.872	1,6%	252.207	1,5%
<b>Total Geral</b>	<b>11.024.128</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.736.955</b>	<b>100,0%</b>	<b>886.170</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.061.963</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.278.923</b>	<b>100,0%</b>	<b>16.988.139</b>	<b>100,0%</b>

Dezembro de  
2024

Líquido de Resseguro

Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total	%
Sudeste	7.969.100	72,5%	2.096.728	77,5%	608.044	70,5%	853.801	80,6%	948.859	79,4%	12.476.532	74,2%
Sul	1.351.780	12,3%	352.274	13,0%	132.568	15,4%	155.593	14,7%	130.546	10,9%	2.122.761	12,6%
Nordeste	792.479	7,2%	116.205	4,3%	55.487	6,4%	16.962	1,6%	44.713	3,7%	1.025.846	6,1%
Centro Oeste	707.331	6,4%	105.781	3,9%	48.374	5,6%	31.276	3,0%	51.811	4,3%	944.573	5,6%
Norte	176.805	1,6%	34.206	1,3%	17.797	2,1%	1.308	0,1%	19.217	1,6%	249.333	1,5%
<b>Total Geral</b>	<b>10.997.495</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.705.194</b>	<b>100,0%</b>	<b>862.270</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.058.940</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.195.146</b>	<b>100,0%</b>	<b>16.819.045</b>	<b>100,0%</b>

### 5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro", "Azul" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

<b>Premissas atuariais</b>	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(713.899)	(562.253)
Sinistros - aumento de 50,0%	(481.640)	(353.298)

### 5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

<b>Premissas atuariais</b>	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	114.985	70.615
Sinistros - aumento de 50,0%	501.928	415.719

### 5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de anti-seleção, em que o Grupo Porto segurado é diferente do Grupo Porto da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(14.713)	4.178
Sinistros - aumento de 50,0%	51.872	76.670

## 5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

## 5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022) e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementado mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade —

reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

## **6. GESTÃO DE CAPITAL**

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>6.980.558</b>	<b>6.756.552</b>
<b>(+/-) Ajustes contábeis</b>	<b>(4.671.997)</b>	<b>(4.638.739)</b>
Participações societárias	(2.591.030)	(2.576.083)
Despesas antecipadas	(167.825)	(104.497)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(249.662)	(329.483)
Ativos intangíveis	(1.603.314)	(1.571.945)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(60.166)	(56.731)
<b>(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>	<b>(56.648)</b>	<b>(70.406)</b>
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(56.648)	(70.406)
<b>(+/-) Ajustes do PLA nível 1</b>	<b>(495.486)</b>	<b>(437.579)</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(483.711)	(425.698)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-)	(11.775)	(11.881)
<b>PLA de nível 1</b>	<b>1.756.427</b>	<b>1.609.828</b>
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / cont. registradas	1.500.984	1.297.102
<b>PLA de nível 2</b>	<b>1.500.984</b>	<b>1.297.102</b>
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	483.711	425.698
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+)	11.775	11.881
<b>PLA de nível 3</b>	<b>495.486</b>	<b>437.579</b>
Excesso de Nível 2 (-)	(372.325)	(303.808)
Excesso de Nível 3 (-)	(11.775)	(11.881)
<b>Excesso de níveis 2 e 3</b>	<b>(384.100)</b>	<b>(315.689)</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado (PLA)</b>	<b>3.368.797</b>	<b>3.028.820</b>
<b>Capital base (I)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
<b>Capital de risco (II)</b>	<b>3.224.740</b>	<b>2.837.984</b>
Capital de risco de subscrição	2.937.064	2.587.188
Capital de risco de mercado	256.068	209.226
Capital de risco de crédito	197.514	166.553
Capital de risco operacional	108.272	102.287
Benefício da correlação entre riscos	(274.178)	(227.270)
<b>Capital mínimo requerido (maior entre I e II)</b>	<b>3.224.740</b>	<b>2.837.984</b>
<b>Suficiência de capital</b>	<b>144.057</b>	<b>190.836</b>

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	211.415	317.176
Depósitos bancários	29.354	95.613
	<b>240.769</b>	<b>412.789</b>

(\*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs).

## 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### 8.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO VALOR JUSTO:

#### 8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Fundos abertos</b>						
Cotas de fundos de investimentos	36.621	—	36.621	1.557	—	1.557
Outros	2.501	—	2.501	2.349	—	2.349
	<b>39.122</b>	<b>—</b>	<b>39.122</b>	<b>3.906</b>	<b>—</b>	<b>3.906</b>
<b>Fundos exclusivos</b>						
Cotas de fundos de investimentos	192.409	—	192.409	212.171	—	212.171
LFTs	30.154	—	30.154	357.395	—	357.395
Letras Financeiras - privadas	—	1.370	1.370	—	5.329	5.329
Ações de companhias abertas	53	—	53	23.522	—	23.522
LTNs	—	—	—	77.589	—	77.589
Outros	—	14.077	14.077	—	48.594	48.594
	<b>222.616</b>	<b>15.447</b>	<b>238.063</b>	<b>670.677</b>	<b>53.923</b>	<b>724.600</b>
<b>Carteira própria</b>						
Debêntures	—	80.998	80.998	—	—	—
	<b>—</b>	<b>80.998</b>	<b>80.998</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total</b>	<b>261.738</b>	<b>96.445</b>	<b>358.183</b>	<b>674.583</b>	<b>53.923</b>	<b>728.506</b>
Circulante			274.684			726.157
Não circulante			83.499			2.349
<b>% das aplicações classificadas nesta categoria:</b>			<b>6%</b>			<b>15%</b>
<b>Total das aplicações</b>			<b>5.197.352</b>			<b>4.699.017</b>

### 8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
<b>Carteira própria (*)</b>		
NTNs - B	1.152.119	1.076.218
<b>Total</b>	<b>1.152.119</b>	<b>1.076.218</b>
Não circulante	1.152.119	1.076.218
<b>% das aplicações classificadas nesta categoria:</b>	<b>22%</b>	<b>23%</b>
<b>Total das aplicações</b>	<b>5.197.352</b>	<b>4.699.017</b>

(\*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 30 de junho de 2025 era de R\$ 1.489.162 (R\$ 1.451.898 em 31 de dezembro de 2024).

### 8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (\*)

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Fundos exclusivos</b>		
NTNs - B	2.001.947	1.469.687
LTNs	1.685.103	1.424.606
<b>Total</b>	<b>3.687.050</b>	<b>2.894.293</b>
Circulante	245.188	—
Não circulante	3.441.862	2.894.293
<b>% das aplicações classificadas nesta categoria:</b>	<b>71%</b>	<b>62%</b>
<b>Total das aplicações</b>	<b>5.197.352</b>	<b>4.699.017</b>

(\*) O valor de mercado dos papéis em 30 de junho de 2025 era de R\$ 3.592.636 (R\$ 2.776.950 em 31 de dezembro de 2024).

### 8.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (\*)

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.016.193</b>	<b>5.107.499</b>
Aplicações	4.184.844	5.042.844
Resgates	(4.160.792)	(5.327.264)
Rendimentos	329.887	381.901
Ajuste a valor de mercado	38.635	(188.787)
<b>Saldo final</b>	<b>5.408.767</b>	<b>5.016.193</b>

(\*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

#### 8.4 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/ liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	<b>Junho de</b>	<b>Dezembro de</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Ativo circulante (*)	17.083.111	14.780.276
Passivo circulante	15.098.646	12.936.844
<b>Índice de liquidez corrente</b>	<b>1,13</b>	<b>1,14</b>

(\*) Total de ativo circulante, somado as aplicações financeiras (fundo exclusivo) para cobertura de reserva técnica alocados em longo prazo que a Companhia entende haver liquidez imediata.

#### 8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	<b>Taxas de juros % (a.a.)</b>	
	<b>Junho de</b>	<b>Dezembro de</b>
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Equivalentes de caixa (*)	14,88	12,13
<b>Fundos exclusivos</b>		
LTN	13,95	14,04
NTNs B - IPCA +	5,98	5,74
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,10	0,09
<b>Carteira própria</b>		
NTNs B - IPCA +	4,07	4,07
Debêntures - IPCA	6,22	—

(\*) Vide nota explicativa nº 7.

## 9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

### 9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	5.782.963	(1.762)	5.781.201	4.505.880	(2.303)	4.503.577
Riscos financeiros	1.358.428	(4.569)	1.353.859	1.258.776	(5.054)	1.253.722
Patrimonial	1.191.699	(6.772)	1.184.927	1.144.444	(3.528)	1.140.916
Pessoas	700.041	(17.843)	682.198	635.698	(10.725)	624.973
Transportes	47.074	(2.115)	44.959	44.086	(614)	43.472
Responsabilidade	40.548	(770)	39.778	41.669	(356)	41.313
Animal / rural	25.754	(64)	25.690	17.674	(414)	17.260
	<b>9.146.507</b>	<b>(33.895)</b>	<b>9.112.612</b>	<b>7.648.227</b>	<b>(22.994)</b>	<b>7.625.233</b>
Circulante			8.464.403			7.017.067
Não circulante			648.209			608.166

#### 9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
A vencer	8.846.697	(6.825)	8.839.872	7.450.620	(5.146)	7.445.474
Vencidos até 30 dias	211.066	(2.339)	208.727	135.254	(1.450)	133.804
Vencidos 31 a 60 dias	28.288	(1.949)	26.339	22.480	(1.039)	21.441
Vencidos 61 a 90 dias	20.453	(2.016)	18.437	10.404	(1.120)	9.284
Vencidos 91 a 120 dias	6.685	(1.667)	5.018	5.478	(652)	4.826
Vencidos 121 a 180 dias	9.150	(2.709)	6.441	5.109	(1.729)	3.380
Vencidos 181 a 365 dias	7.538	(5.946)	1.592	5.396	(4.066)	1.330
Vencidos acima de 365 dias	16.630	(10.444)	6.186	13.486	(7.792)	5.694
	<b>9.146.507</b>	<b>(33.895)</b>	<b>9.112.612</b>	<b>7.648.227</b>	<b>(22.994)</b>	<b>7.625.233</b>

### 9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>7.625.233</b>	<b>6.514.690</b>
(+) Prêmios emitidos	11.743.107	18.931.162
(+) IOF	661.293	1.055.280
(+) Adicional de fracionamento	63.831	114.633
(-) Recebimentos	(9.902.805)	(17.142.348)
(-) Prêmios cancelados	(1.067.146)	(1.852.550)
(Constituição)/reversão de provisão para perda	(10.901)	4.366
<b>Saldo final</b>	<b>9.112.612</b>	<b>7.625.233</b>

### 9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>(22.994)</b>	<b>(27.360)</b>
Provisões constituídas	(13.953)	(9.752)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	2.156	1.267
Provisões revertidas	896	12.851
<b>Saldo final</b>	<b>(33.895)</b>	<b>(22.994)</b>

### 9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Automóvel	1 a 5	29,5%	33,5%
	6 a 11	52,4%	51,0%
	12	18,1%	15,5%
Ramos Elementares	1 a 5	24,9%	27,0%
	6 a 11	32,9%	33,6%
	12	42,2%	39,5%
Vida	1 a 5	48,5%	47,7%
	6 a 11	11,8%	11,1%
	12	39,7%	41,2%

## 9.2 OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Outros créditos operacionais referem-se, principalmente, a valores relacionados ao processamento de sinistros com compensação bancária ocorrido no mês subsequente ao encerramento do período.

## 10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Contas a receber - diversos	12.490	31.460
Direito a ressarcimento (i)	38.561	37.436
Dividendos e JCP	—	2.684
Outros	8.490	289
	<b>59.541</b>	<b>71.869</b>
Circulante	56.608	71.684
Não circulante	2.933	185

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

### 10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro fiança:

	<b>Junho de 2025</b>		<b>Dezembro de 2024</b>	
	<b>Expectativa de realização</b>	<b>Efetivas realizações</b>	<b>Expectativa de realização</b>	<b>Efetivas realizações</b>
1º mês	5.200	39,8%	3.668	56,1%
2º mês	3.152	20,8%	2.581	13,7%
3º mês	2.386	11,0%	2.107	7,3%
4º mês	1.946	5,7%	1.846	4,1%
5º mês	1.682	4,2%	1.692	2,4%
6º mês	1.501	2,6%	1.562	1,5%
7º mês	1.393	2,8%	1.526	1,1%
8º mês	1.289	1,6%	1.453	0,7%
9º mês	1.204	0,8%	1.408	0,6%
10º mês	1.219	0,6%	1.342	0,8%
11º mês	1.153	0,4%	1.337	0,8%
12º mês	1.098	0,4%	1.258	0,6%
13º ao 18º mês	5.592	0,3%	6.298	0,6%
19º ao 24º mês	4.011	2,1%	4.501	2,6%
25º ao 30º mês	2.684	1,8%	2.909	2,3%
Após o 30º mês	3.051	5,1%	1.948	4,8%
	<b>38.561</b>	<b>100,0%</b>	<b>37.436</b>	<b>100,0%</b>

### 10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>37.436</b>	<b>35.822</b>
Constituições	1.125	1.614
<b>Saldo final</b>	<b>38.561</b>	<b>37.436</b>

### 10.2 OUTROS CRÉDITOS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Partes relacionadas (i)	111.472	117.810
Adiantamento funcionários	73.072	42.486
Outros	3.789	3.264
	<b>188.333</b>	<b>163.560</b>
Circulante	184.554	160.675
Não circulante	3.779	3.711

(i) Vide nota explicativa nº 35.

### 11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ e CSLL diferidos - diferenças temporárias (i)	880.515	867.331
IRPJ	36.735	45.321
CSLL	14.394	16.790
PIS e COFINS	324	22.293
INSS e outros	14.708	13.924
	<b>946.676</b>	<b>965.659</b>
Circulante	66.161	98.328
Não circulante	880.515	867.331

(i) Vide nota explicativa nº 11.1.1.

## 11.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

### 11.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Junho de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	—	—	—	—
<b>Diferenças temporárias decorrentes de:</b>				
Provisão para obrigações legais	325.657	9.225	—	334.882
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	150.274	2.772	(18.229)	134.817
Provisão de participação de lucros	129.960	82.732	(143.591)	69.101
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	101.552	21.189	(1.033)	121.708
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	26.435	3.048	—	29.483
Provisão para riscos de créditos	8.606	4.188	(4.504)	8.290
Lei do Bem	—	29.550	—	29.550
Outras provisões	124.847	53.342	(25.505)	152.684
	<b>867.331</b>	<b>206.046</b>	<b>(192.862)</b>	<b>880.515</b>

### 11.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	142.619	558.254	44.268	41.544	4.186	89.644	<b>880.515</b>

### 11.1.3 PASSIVO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Junho de 2025
IR e CS sobre combinação de negócios	249.446	—	(2.524)	246.922
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	40.620	7.889	—	48.509
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	3.826	—	(693)	3.133
Outros	5.726	—	(1.377)	4.349
	<b>299.618</b>	<b>7.889</b>	<b>(4.594)</b>	<b>302.913</b>

## 11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Junho de 2025	Junho de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A)	1.052.332	973.439
Alíquota vigente	40 %	40 %
<b>IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)</b>	<b>(420.933)</b>	<b>(389.376)</b>
Juros sobre capital próprio	113.234	59.562
Equivalência patrimonial	56.443	59.177
Inovação tecnológica	29.550	10.567
Depósitos judiciais	10.860	9.055
Doações/ incentivos	7.624	9.703
Participação nos lucros - administradores	(15.616)	(18.583)
Outros	(1.385)	3.879
<b>Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)</b>	<b>200.710</b>	<b>133.360</b>
<b>Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)</b>	<b>(220.223)</b>	<b>(256.016)</b>
<b>Taxa efetiva (D/-A)</b>	<b>20,9 %</b>	<b>26,3 %</b>

## 12. OUTROS VALORES E BENS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Bens à venda - salvados (i)	164.926	132.661
Direito a salvados - estimados (ii)	108.136	104.981
Ativo de direito de uso (iii)	80.497	81.990
Outros	1.242	1.752
	<b>354.801</b>	<b>321.384</b>
Circulante	114.649	103.913
Não circulante	240.152	217.471

(i) Vide nota explicativa nº 12.1.

(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.

(iii) Vide nota explicativa nº 12.3.

## 12.1 BENS À VENDA – SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Até 30 dias	78.085	62.120
De 31 a 60 dias	41.675	32.980
De 61 a 120 dias	34.604	25.265
De 121 a 365 dias	37.919	27.387
Acima de 365 dias	21.570	19.309
	<b>213.853</b>	<b>167.061</b>
Redução ao valor recuperável (*)	(48.927)	(34.400)
	<b>164.926</b>	<b>132.661</b>

(\*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

## 12.2 DIREITO A SALVADOS – ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	31.107	5,1 %	27.138	18,6%
2º mês	18.295	30,9 %	14.559	43,1%
3º mês	10.058	27,9 %	9.065	17,8%
4º mês	7.076	11,8 %	6.947	4,9%
5º mês	5.595	6,7 %	5.735	3,2%
6º mês	4.450	3,8 %	4.764	2,2%
7º mês	3.760	2,2 %	3.983	1,4%
8º mês	3.319	1,4 %	3.519	0,9%
9º mês	2.973	1,2 %	3.091	0,8%
10º mês	2.611	1,1 %	2.711	0,6%
11º mês	2.392	0,7 %	2.488	0,8%
12º mês	2.166	0,7 %	2.333	0,5%
13º ao 18º mês	8.774	0,8 %	9.604	0,4%
19º ao 24º mês	4.079	2,1 %	5.655	1,8%
25º ao 30º mês	1.280	1,2 %	2.778	0,8%
Após o 30º mês	201	2,6 %	611	2,2%
<b>Total</b>	<b>108.136</b>	<b>100,0 %</b>	<b>104.981</b>	<b>100%</b>

### 12.2.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>104.981</b>	<b>102.380</b>
Constituições	3.155	6.317
Reversões	—	(3.716)
<b>Saldo final</b>	<b>108.136</b>	<b>104.981</b>

### 12.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	167.453	(86.956)	<b>80.497</b>	158.976	(76.986)	<b>81.990</b>

#### 12.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO – MOVIMENTAÇÃO

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Movimentações		Saldo em 30 de junho de 2025
		Novos contratos, baixas e cancelamentos	Despesas de depreciação	
Direito de uso	<b>81.990</b>	6.551	(8.044)	<b>80.497</b>

### 13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Automóvel	1.443.401	1.143.599
Patrimonial	412.230	396.534
Riscos financeiros	265.133	236.293
Pessoas	163.105	158.697
Outros	19.508	24.102
	<b>2.303.377</b>	<b>1.959.225</b>
Circulante	2.171.524	1.832.152
Não circulante	131.853	127.073

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 30 de junho de 2025, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2024.

### 13.1 MOVIMENTAÇÃO

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.959.225</b>	<b>1.765.990</b>
Constituição	2.137.307	3.404.419
Apropriação para despesa	(1.793.155)	(3.211.184)
<b>Saldo final</b>	<b>2.303.377</b>	<b>1.959.225</b>

### 14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
PIS (*)	626.187	610.906
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	434.035	424.208
Sinistros	21.513	23.591
INSS	2.455	2.368
Outros	58.435	58.376
	<b>1.142.625</b>	<b>1.119.449</b>

(\*) Vide nota explicativa nº 23.1 (a).

### 15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento /redução de capital	Ajuste TVM controladas	Amortização	Remuneração em ações	Outros (ii)	Saldo em 30 de junho de 2025
Porto Vida	395.665	15.663	—	28.000	4.761	—	(107)	(1.818)	442.164
Azul Seguros	1.117.833	102.725	(147.000)	—	9.909	—	(4.217)	1.147	1.080.397
Porto Capitalização	269.288	21.846	(26.900)	—	14.025	—	(30)	—	278.229
Itaú Auto e Residência	72.328	871	—	—	—	—	(26)	(116)	73.057
Combinação de negócios (i)	970.415	—	—	—	—	(6.311)	—	—	964.104
	<b>2.825.529</b>	<b>141.105</b>	<b>(173.900)</b>	<b>28.000</b>	<b>28.695</b>	<b>(6.311)</b>	<b>(4.380)</b>	<b>(787)</b>	<b>2.837.951</b>

(i) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro S.A. celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro S.A.. Em 2023 a Porto Seguro S.A. transferiu a participação societária para essa Companhia.

(ii) Refere-se às variações das taxas de juros da Provisão Complementar de Cobertura - PCC e Ganhos e Perdas Atuariais de Benefícios Pós Emprego.

### 15.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

				Junho de 2025	Junho de 2024
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do período	Lucro líquido / (prejuízo) do período
Porto Vida	6.479.771	6.037.608	613.739	15.663	3.596
Azul Seguros	2.624.403	1.544.006	568.805	102.725	113.497
Porto Capitalização	2.345.092	2.066.864	158.299	21.846	18.153
Itaú Auto e Residência	232.463	159.406	15.814	871	12.696
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>11.681.729</b>	<b>9.807.884</b>	<b>1.356.657</b>	<b>141.105</b>	<b>147.942</b>

(i) Considera-se receitas financeiras.

### 16. IMOBILIZADO

	Junho de 2025				Dezembro de 2024		
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido
Edificações (*)	2,4	10.625	(531)	10.094	10.625	(425)	10.200
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	220.251	(83.592)	136.659	203.715	(75.987)	127.728
Terrenos	-	1.681	—	1.681	1.682	—	1.682
Informática	20,0 a 33,3	637.352	(479.975)	157.377	607.923	(449.305)	158.618
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	63.177	(56.876)	6.301	62.506	(60.228)	2.278
Rastreadores	100,0	4.371	(2.501)	1.870	3.249	(1.813)	1.436
Equipamentos	10 a 14,3	31.484	(29.705)	1.779	31.638	(28.436)	3.202
Veículos	20 a 25,0	7.212	(6.709)	503	8.255	(7.605)	650
		<b>976.153</b>	<b>(659.889)</b>	<b>316.264</b>	<b>929.593</b>	<b>(623.799)</b>	<b>305.794</b>

(\*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

## 16.1 MOVIMENTAÇÃO IMOBILIZADO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações				Saldo líquido em 30 de junho de 2025
		Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros / transferência	
Edificações	10.200	—	—	(106)	—	10.094
Benefícios em imóveis de terceiros	127.728	16.536	—	(7.605)	—	136.659
Terrenos	1.682	—	—	—	(1)	1.681
Informática	158.618	33.191	(44)	(31.274)	(3.114)	157.377
Móveis, máquinas e utensílios	2.278	965	(1)	(1.065)	4.124	6.301
Rastreadores	1.436	2.087	—	(1.653)	—	1.870
Equipamentos	3.202	—	—	(414)	(1.009)	1.779
Veículos	650	—	(39)	(108)	—	503
	<b>305.794</b>	<b>52.779</b>	<b>(84)</b>	<b>(42.225)</b>	<b>—</b>	<b>316.264</b>

## 17. INTANGÍVEL

	Taxas amortização (% a.a.)	Junho de 2025			Dezembro de 2024		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	6,67 a 25,0	2.634.319	(1.041.258)	1.593.061	2.505.869	(945.089)	1.560.780
Outros intangíveis	20	54.755	(44.502)	10.253	54.755	(43.590)	11.165
		<b>2.689.074</b>	<b>(1.085.760)</b>	<b>1.603.314</b>	<b>2.560.624</b>	<b>(988.679)</b>	<b>1.571.945</b>

### 17.1 MOVIMENTAÇÃO INTANGÍVEL

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações			Saldo líquido em 30 de junho de 2025
		Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de amortização	
"Software"	1.560.780	129.865	(1.412)	(96.172)	1.593.061
Outros intangíveis	11.165	—	—	(912)	10.253
	<b>1.571.945</b>	<b>129.865</b>	<b>(1.412)</b>	<b>(97.084)</b>	<b>1.603.314</b>

## 18. CONTAS A PAGAR

### 18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Fornecedores	274.607	250.714
Provisão de benefícios a empregados	112.977	100.928
Participação nos lucros a pagar (i)	94.526	238.064
IOF a recolher	42.611	39.801
Honorários a pagar	5.284	2.522
Outros	41.107	51.448
	<b>571.112</b>	<b>683.477</b>
Circulante	415.524	542.750
Não circulante	155.588	140.727

(i) Os pagamentos da PLR são efetuados em fevereiro e abril do ano subsequente.

### 18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
IOF	523.944	432.780
IRRF	63.101	44.628
INSS e FGTS	50.146	53.579
ISS	6.312	6.845
Outros	4.998	5.531
<b>Total</b>	<b>648.501</b>	<b>543.363</b>

## 19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Empréstimos bancários (i)	175.281	163.473
Passivos de arrendamentos (ii)	559	3.497
	<b>175.840</b>	<b>166.970</b>
Circulante	116.562	99.777
Não circulante	59.278	67.193

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

(ii) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

## 19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emissão	Vencimento	Remuneração (a.a.)	Junho de 2025	Dezembro de 2024
120.000 (*)	ITAÚ	2024	2027	100% CDI + 1,37%	138.023	128.825
9.000	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	12.770	11.869
8.135	BRADESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	11.604	10.785
8.109	ITAÚ	2022	2026	100% CDI + 1,90%	12.884	11.994
<b>Total</b>					<b>175.281</b>	<b>163.473</b>

(\*) A Companhia recontratou o empréstimo em 2024 com uma taxa de remuneração menor do que a contratação anterior que era de R\$ 2,04% do CDI.

## 19.2 MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos bancários	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.497</b>	<b>163.473</b>	<b>166.970</b>
Juros	368	11.808	12.176
Liquidação/reversão	(3.306)	—	(3.306)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>559</b>	<b>175.281</b>	<b>175.840</b>

## 20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento:

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Vencidos de 1 a 30 dias	Total	Vencidos de 1 a 30 dias	Total
Outros depósitos	33.059	<b>33.059</b>	50.500	<b>50.500</b>
<b>Total</b>	<b>33.059</b>	<b>33.059</b>	<b>50.500</b>	<b>50.500</b>

## 21. DÉBITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

Referem-se substancialmente a comissões a pagar aos corretores por ocasião em virtude às emissões das apólices..

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Corretores de seguros e resseguros (i)	724.943	631.192
Operações com resseguradoras	53.333	90.843
Operações com seguradoras	22.321	21.768
Prêmios a restituir (ii)	—	21.780
Outros débitos operacionais	58.777	55.847
	<b>859.374</b>	<b>821.430</b>

(i) A composição por prazo de vencimento deste saldo está apresentada a seguir.

(ii) Em conformidade com o Ofício Circular Eletrônico nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP, a partir de fevereiro de 2025, os saldos anteriormente registrados como “Prêmios a Restituir” passaram a ser classificados como parte integrante da “Provisão de Valores a Regularizar (PVR)”, conforme previsto no artigo 16 da Circular SUSEP nº 678/2022.

### 21.1 CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS – “AGING”

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
A vencer	703.345	614.884
Vencidos até 30 dias	16.691	11.162
Vencidos 31 a 60 dias	2.064	1.855
Vencidos 61 a 120 dias	2.270	1.280
Vencidos acima de 120 dias	573	2.011
	<b>724.943</b>	<b>631.192</b>

## 22. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS

	<b>Junho de 2025</b>		<b>Dezembro de 2024</b>	
	<b>Bruto de resseguro</b>	<b>Líquido de resseguro</b>	<b>Bruto de resseguro</b>	<b>Líquido de resseguro</b>
Provisão de prêmios não ganhos	11.133.023	11.081.419	9.463.312	9.401.308
Sinistros e benefícios a liquidar	2.316.496	2.243.919	1.897.654	1.830.785
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	403.404	366.744	384.483	348.532
Demais provisões	176.625	176.625	141.656	141.656
<b>Total</b>	<b>14.029.548</b>	<b>13.868.707</b>	<b>11.887.105</b>	<b>11.722.281</b>
Circulante	12.798.740		10.692.524	
Não circulante	1.230.808		1.194.581	

## 22.1 MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS E ATIVOS DE RESSEGUROS

	<b>Passivos de contratos de seguros</b>	<b>Ativos de contratos de resseguros</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>11.058.995</b>	<b>190.896</b>
Constituições decorrentes de prêmios/ contribuições	16.948.941	141.024
Diferimento pelo risco decorrido	(16.258.663)	(134.618)
Aviso de sinistros	8.360.740	73.172
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.286.392)	(111.465)
Atualização monetária e juros	63.484	5.815
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>11.887.105</b>	<b>164.824</b>
Constituições decorrentes de prêmios/ contribuições	10.602.684	64.784
Diferimento pelo risco decorrido	(8.932.904)	(75.185)
Aviso de sinistros	4.771.664	33.692
Pagamento de sinistros/benefícios	(4.340.798)	(32.769)
Atualização monetária e juros	41.797	5.495
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>14.029.548</b>	<b>160.841</b>

## 22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
<b>Total das provisões técnicas (A)</b>	<b>14.029.548</b>	<b>11.887.105</b>
Direitos creditórios (i)	7.784.098	6.465.603
Custos de aquisição diferidos pagos	1.596.540	1.426.852
Operações com resseguradoras	137.390	131.072
Depósitos judiciais de PSL	9.589	7.596
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.551	1.551
<b>Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)</b>	<b>9.529.168</b>	<b>8.032.674</b>
<b>Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)</b>	<b>4.500.380</b>	<b>3.854.431</b>
Títulos de renda fixa - públicos	1.152.119	1.076.218
Quotas de fundos de investimento	3.844.846	3.585.527
<b>Total de ativos oferecidos em garantia (D)</b>	<b>4.996.965</b>	<b>4.661.745</b>
<b>Excedente (D - C)</b>	<b>496.585</b>	<b>807.314</b>

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

### 22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas redutoras de salvados e ressarcimento (R\$ 106 milhões), contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados:

<b>Bruto de resseguro</b>	<b>Junho</b>									
<b>Administrativo - avisados</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
<b>Montante de sinistros avisados até a data-base</b>	3.450	4.000	4.164	4.653	4.005	5.118	6.794	6.441	7.565	4.747
Dois anos mais tarde	3.493	4.057	4.211	4.732	4.139	5.285	7.076	6.701	7.927	—
Três anos mais tarde	3.499	4.063	4.227	4.750	4.154	5.309	7.093	6.764	—	—
Quatro anos mais tarde	3.501	4.068	4.232	4.754	4.174	5.316	7.109	—	—	—
Cinco anos mais tarde	3.503	4.058	4.234	4.735	4.176	5.325	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	3.504	4.059	4.235	4.735	4.181	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	3.505	4.060	4.235	4.749	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	3.504	4.060	4.237	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	3.505	4.061	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	3.505	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Movimentações</b>	<b>3.505</b>	<b>4.061</b>	<b>4.237</b>	<b>4.749</b>	<b>4.181</b>	<b>5.325</b>	<b>7.109</b>	<b>6.764</b>	<b>7.927</b>	<b>4.747</b>
<b>Total</b>										<b>52.605</b>

  

<b>Bruto de resseguro</b>	<b>Junho</b>									
<b>Administrativo - pagos</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
<b>Montante de sinistros pagos até a data-base</b>	3.105	3.529	3.694	4.164	3.496	4.388	5.967	5.445	6.535	3.269
Dois anos mais tarde	3.493	4.041	4.209	4.728	4.158	5.281	7.037	6.695	7.734	—
Três anos mais tarde	3.504	4.054	4.226	4.751	4.179	5.293	7.082	6.711	—	—
Quatro anos mais tarde	3.506	4.060	4.232	4.757	4.185	5.306	7.088	—	—	—
Cinco anos mais tarde	3.509	4.063	4.233	4.760	4.191	5.305	—	—	—	—
Seis anos mais tarde	3.510	4.063	4.234	4.761	4.167	—	—	—	—	—
Sete anos mais tarde	3.510	4.065	4.235	4.725	—	—	—	—	—	—
Oito anos mais tarde	3.513	4.065	4.193	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos mais tarde	3.513	3.778	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos mais tarde	3.504	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Pagamentos</b>	<b>3.504</b>	<b>3.778</b>	<b>4.193</b>	<b>4.725</b>	<b>4.167</b>	<b>5.305</b>	<b>7.088</b>	<b>6.711</b>	<b>7.734</b>	<b>3.269</b>
<b>Passivo em 30 de junho de 2025</b>	<b>1</b>	<b>283</b>	<b>44</b>	<b>24</b>	<b>14</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>53</b>	<b>193</b>	<b>1.478</b>
										<b>2.131</b>
									<b>PSL anos anteriores</b>	<b>—</b>
									<b>Provisão de sinistros</b>	<b>2.131</b>







## 22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR – JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Junho de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
<b>Saldo inicial</b>	<b>487.369</b>	<b>451.979</b>	<b>439.992</b>	<b>402.151</b>
Novas constituições no período	88.519	81.438	221.311	203.606
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	38.252	5.754	58.926	52.538
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	20.348	16.538	35.659	32.806
Pagamentos no período	(73.242)	(38.510)	(141.660)	(122.412)
Baixas da provisão por êxito	(35.366)	(32.538)	(126.859)	(116.710)
<b>Saldo final</b>	<b>525.880</b>	<b>484.661</b>	<b>487.369</b>	<b>451.979</b>
Quantidade de processos	11.608		10.546	

(\*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

## 23 PROVISÕES JUDICIAIS

### 23.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	933.085	910.021
Cíveis	47.309	40.925
Trabalhistas	26.399	25.166
	<b>1.006.793</b>	<b>976.112</b>

#### (a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
PIS (i)	584.552	570.215
Processos com adesão ao REFIS (ii)	312.233	305.120
Outros (iii)	36.300	34.686
	<b>933.085</b>	<b>910.021</b>

### (i) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Em Execução Fiscal movida em face da Companhia, foi requerida a conversão em renda do depósito de R\$ 136.683, em favor da União, extinguindo-se a Execução em 2017, sem resolução de mérito. Assim, no caso de êxito no Mandado de Segurança que discute a tese, nascerá para a Companhia um crédito a recuperar perante a Receita Federal. Nas ações da Companhia, aguarda-se a afetação da decisão proferida no Recurso Extraordinário - RE 400.479.

### (ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal – REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

### (iii) OUTROS

A Companhia questiona a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Atualmente, aguarda-se conversão em renda dos depósitos realizados, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à empresa.

#### 23.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS:

	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>910.021</b>	<b>25.166</b>	<b>40.925</b>	<b>976.112</b>
Constituições	—	6.638	15.142	21.780
Êxito/reversões	—	1.592	(5.556)	(3.964)
Pagamentos	—	(7.251)	(5.733)	(12.984)
Atualização monetária	23.064	254	2.531	25.849
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>933.085</b>	<b>26.399</b>	<b>47.309</b>	<b>1.006.793</b>
Quantidade de processos	16	366	1.109	1.491

### 23.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
Fiscais e previdenciárias (a)	1.069.007	930.698
Cíveis	227.837	249.258
Trabalhistas	4.354	3.760
	<b>1.301.198</b>	<b>1.183.716</b>

#### (a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 449.747 (R\$ 312.999 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 303.518 (R\$ 223.505 de possível impacto no lucro líquido).

#### 24. DÉBITOS DIVERSOS

Refere-se aos passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	<b>Passivo de arrendamento</b>	<b>Juros a apropriar</b>	<b>Passivo de arrendamento líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>165.379</b>	<b>(37.091)</b>	<b>128.288</b>
Novos contratos	6.551	—	6.551
Apropriação dos juros	—	8.420	8.420
Pagamentos	(13.943)	—	(13.943)
<b>Saldo em 30 de junho de 2025</b>	<b>157.987</b>	<b>(28.671)</b>	<b>129.316</b>
Circulante			15.410
Não circulante			113.906

#### 25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### (a) CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2025, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 3.810.299 divididos em 717.468.149 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 3.810.299 em 31 de dezembro de 2024 divididos em 717.468.149 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

As aprovações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo, e foram aprovadas pela SUSEP conforme as portarias elencadas.

	<u>Capital Social</u>	<u>Quantidade de Ações</u>
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 2474 DE 25/03/2025	35.000	3.745.775
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 2500 DE 22/04/2025	140.500	15.015.148
<b>Total</b>	<b>175.500</b>	<b>18.760.923</b>

#### **(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL**

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

#### **(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO**

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do período no montante de R\$ 1.808 em 30 de junho de 2025 (R\$ 2.963 em 31 de dezembro de 2024). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

#### **(d) RESERVAS DE LUCROS**

##### **(i) RESERVA LEGAL**

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 30 de junho de 2025 seu saldo era de R\$ 520.523 (R\$ 520.523 em 31 de dezembro de 2024).

##### **(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS**

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 30 de junho de 2025, seu saldo era de R\$ 2.267.363 (R\$ 2.551.363 em 31 de dezembro de 2024).

### (iii) OUTRAS RESERVAS

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

### (e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Em 2025, a Administração da Companhia aprovou, em reuniões da Diretoria, a distribuição de dividendos com base nas reservas de lucros. Todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações.

No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

<b>Dividendos (reservas de lucros 2024)</b>	<b>Valor Aprovado</b>
27 de fevereiro de 2025	159.000
28 de março de 2025	54.000
29 de abril de 2025	23.000
30 de junho de 2025	48.000
<b>Total</b>	<b>284.000</b>
<b>JCP (destinação lucro 2025)</b>	<b>Valor Aprovado</b>
28 de março de 2025	129.420
30 de junho de 2025	153.664
<b>Total</b>	<b>283.084</b>

### (f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração. Este Plano substituiu o "Plano de Remuneração em Ações" aprovado em assembleia geral realizada em 29 de março de 2018 ("Plano 2018"). Os direitos já outorgados permanecerão em vigor e sujeitos às regras previstas no referido plano.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos Beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários, em que a totalidade das ações entregues a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2024, sendo a totalidade das ações entregues aos beneficiários a cada ciclo está sujeita a períodos de restrição de 3 (três) anos contados da transferência das ações; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 3 (três) ciclos, com início em 2023 e término previsto para 2025, sendo que 50% das ações transferidas a cada ciclo está sujeita a um período de restrição de 2 (dois) anos contados da transferência das ações; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto, aplicável por 4 (quatro) ciclos, com início em 2022 e término previsto para 2025, a totalidade das ações transferidas aos beneficiários está sujeita a um período de restrição de 6 (seis) meses.

Os programas Remuneração Anual em Ações, Bonificação Adicional e Mega Grant têm como beneficiários os diretores estatutários da Porto e/ou de suas coligadas ou controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia. O programa Porto em Ação tem como beneficiários os empregados da Porto e de suas controladas, diretas ou indiretas, dentre as quais se inclui a Companhia.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto Seguro S.A. mantidas em tesouraria. Conforme alteração do Plano, aprovada pela assembleia geral realizada em 28 de março de 2024, o cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto Seguro S.A., ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>156.604</b>	<b>139.905</b>
Diferimento do período	80.439	133.270
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(168.467)	(116.571)
<b>Saldo final</b>	<b>68.576</b>	<b>156.604</b>
<b>Valor de mercado médio ponderado (R\$)</b>	<b>35,89</b>	<b>30,93</b>

	Quantidade	
	Junho de 2025	Dezembro de 2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>3.989</b>	<b>4.314</b>
Diferimento do período	1.457	3.682
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	(3.887)	(4.007)
<b>Saldo final</b>	<b>1.559</b>	<b>3.989</b>

## 26. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Junho de 2025			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.845.185	3.927.389	57,4	23,7
Resp. civil facultativa veículos	1.456.637	1.138.235	66,1	19,6
Demais - automóveis	1.123.372	866.029	51,5	19,8
Compreensivo empresarial	575.114	555.780	29,0	27,4
Vida individual e grupo	433.730	413.101	42,3	27,7
Fiança locatícia	544.871	449.541	39,6	20,4
Demais - vida	364.966	357.081	31,4	31,0
Compreensivo residencial	652.527	603.943	34,7	33,0
Demais - patrimonial	241.962	233.219	27,9	18,8
Demais - transportes	132.467	132.681	31,0	23,4
Demais - rural	33.364	30.002	39,9	12,4
Demais ramos	198.489	225.903	24,7	22,6
	<b>10.602.684</b>	<b>8.932.904</b>	<b>50,0</b>	<b>23,8</b>

	Junho de 2024			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	3.464.095	3.706.513	59,2 %	22,7 %
Resp. civil facultativa veículos	982.271	1.013.695	51,4 %	18,8 %
Demais - automóveis	675.625	649.460	43,6 %	18,7 %
Compreensivo residencial	500.858	493.554	41,9 %	33,7 %
Fiança locatícia	394.493	377.131	42,8 %	19,5 %
Compreensivo empresarial	506.025	383.132	29,7 %	27,3 %
Vida individual e grupo	301.643	294.199	57,1 %	30,0 %
Demais - vida	535.592	475.635	2,3 %	30,7 %
Demais - patrimonial	203.611	205.946	31,9 %	18,8 %
Demais - transportes	124.606	125.182	28,1 %	22,9 %
Demais - rural	49.446	30.506	24,4 %	12,1 %
Demais ramos	224.059	220.076	37,8 %	23,1 %
	<b>7.962.324</b>	<b>7.975.029</b>	<b>49,2 %</b>	<b>23,2 %</b>

## 27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Junho de 2025		Junho de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(1.649.630)	(1.660.112)	7.755	4.500
Provisão de riscos não expirados	(23.055)	(23.055)	(21.490)	(21.490)
Outras provisões	2.905	2.905	26.440	26.440
	<b>(1.669.780)</b>	<b>(1.680.262)</b>	<b>12.705</b>	<b>9.450</b>

## 28. SINISTROS OCORRIDOS

	Junho de 2025	Junho de 2024
Sinistros avisados - administrativo	(3.950.316)	(3.472.712)
Porto Socorro	(814.005)	(760.057)
Sinistros avisados - judicial	(99.996)	(66.134)
Salvados	492.769	413.682
Ressarcimentos	147.867	130.881
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(32.686)	35.131
Outras despesas com sinistros (i)	(207.799)	(202.092)
	<b>(4.464.166)</b>	<b>(3.921.301)</b>

(i) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

## 29. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (\*)

	<u>Junho de 2025</u>	<u>Junho de 2024</u>
Comissões sobre prêmios retidos	(2.388.679)	(1.804.658)
Varição das despesas de comercialização diferidas	344.221	24.666
Outras despesas de comercialização (**)	(79.243)	(70.122)
	<u><b>(2.123.701)</b></u>	<u><b>(1.850.114)</b></u>

(\*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1) e as despesas de comercialização não diferidas.

(\*\*) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pró-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

## 30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>Junho de 2025</u>	<u>Junho de 2024</u>
Cobrança	(54.913)	(41.959)
Provisão para redução ao valor recuperável	(24.275)	(10.505)
Encargos sociais	(18.194)	(15.882)
Assistência	(9.313)	(12.150)
Provisões cíveis	(8.420)	(4.981)
Dispositivo anti-furto	(4.716)	(5.602)
Honorários advocatícios	(4.307)	(4.475)
Benefícios concedidos a segurados	(3.473)	(341)
Outras	(7.260)	(1.957)
	<u><b>(134.871)</b></u>	<u><b>(97.852)</b></u>

## 31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>Junho de 2025</u>	<u>Junho de 2024</u>
Despesas recuperadas	637.661	553.592
Pessoal e benefícios pós-emprego	(939.718)	(822.298)
Serviços de terceiros	(527.381)	(437.105)
Localização e funcionamento	(230.761)	(194.698)
Publicidade e propaganda	(56.701)	(68.903)
Donativos e contribuições	(12.025)	(12.211)
Despesa com publicações	(233)	(280)
Outras	(37.463)	—
	<u><b>(1.166.621)</b></u>	<u><b>(981.903)</b></u>

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto. O detalhamento, em sua grande maioria, está demonstrado na nota explicativa nº 35.

### 32. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Junho de 2025	Junho de 2024
COFINS	(197.432)	(185.420)
PIS	(32.083)	(30.130)
Outras	(6.838)	(10.981)
	<b>(236.353)</b>	<b>(226.531)</b>

### 33. RESULTADO FINANCEIRO

	Junho de 2025	Junho de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	256.837	159.852
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	73.050	70.786
Operações de seguros	63.831	55.784
Variações monetárias dos depósitos judiciais	28.288	23.134
Variações monetárias das contingências Cíveis e Trabalhistas	3.408	—
Outras	33.897	34.222
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>459.311</b>	<b>343.778</b>
Operações de seguros	(52.398)	(33.225)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(23.065)	(49.903)
Despesas com empréstimos bancários	(13.932)	(11.101)
Juros de arrendamento	(8.422)	(8.119)
Variações monetárias das contingências Cíveis e Trabalhistas	(6.193)	(1.552)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	—	(39.999)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	—	(4.416)
Outras	(15.230)	(19.491)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(119.240)</b>	<b>(167.806)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>340.071</b>	<b>175.972</b>

### 34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

#### 34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e
- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

### 35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- (ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- (iii) Serviços de apoio a gestão de saúde contratados da ligada Porto Seguro Saúde Ocupacional;
- (iv) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;
- (v) Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- (vi) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (vii) Seguro prestamista efetuado pela Portoseg e Consórcio;
- (viii) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;
- (ix) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;
- (x) Intermediação e agenciamentos de débitos veiculares pela Porto Serviços e Comércio, oferecidos aos clientes cartão Porto;
- (xi) Cobrança pela utilização e manutenção de espaço digital compartilhado (site), pela Porto Serviços e Comércio, para divulgação dos produtos da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais;
- (xii) Serviços de "Call center" contratados da Porto Atendimento;
- (xiii) Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- (xiv) Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobitech (operação encerrada no decorrer do 4º trimestre de 2024). Em 2025, houve alteração na razão social e objeto da companhia para Porto Serviço e Negócios, com serviços de gestão e controle de benefícios concedidos previstos em apólices aos segurados; e
- (xv) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Assistência Participações e CDF S.A.

Os saldos a receber por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
<b>Ativo</b>		
Portoseg	25.634	26.543
Azul Seguros	20.171	38.834
Porto Consórcio	17.044	10.234
Porto Saúde	16.537	15.309
CDF S.A.	13.171	6.697
Porto Atendimento	6.636	7.234
Porto Vida e Previdência	2.474	2.267
Porto Capitalização	1.319	1.758
Itaú Auto e Residência	554	2.079
Demais	7.932	6.855
	<b>111.472</b>	<b>117.810</b>
	<b>Junho de 2025</b>	<b>Dezembro de 2024</b>
<b>Passivo</b>		
Crediporto	3.816	—
Porto Seguro S.A.	1	994
Renova Peças Novas	—	1
	<b>3.817</b>	<b>995</b>

	Receitas		Despesas	
	Junho de 2025	Junho de 2024	Junho de 2025	Junho de 2024
Portoseg	134.063	111.044	(24.098)	(9.769)
Azul Seguros	127.230	175.002	—	—
Porto Saúde	99.504	82.238	(73.587)	(74.157)
Porto Consórcio	65.510	53.224	(30.730)	—
CDF S.A	46.183	4.653	(747.728)	—
Porto Atendimento	41.920	42.286	(53.121)	(45.343)
Porto Vida e Previdência	13.131	11.670	—	—
Porto Capitalização	9.715	8.500	(2.965)	(2.265)
Porto Assistência Participações	7.784	3.025	(94)	—
Portopar	4.820	2.150	—	—
Serviços Médicos	3.939	4.740	—	—
Crediporto	3.615	675	(14.447)	(4.428)
Porto Seguro Saúde Ocupacional	3.225	3.188	(5.244)	(533)
Proteção e Monitoramento	3.208	3.322	(271)	(26)
Porto Serviços e Comércio	3.118	2.818	(1.163)	(1.552)
Porto Asset Management	2.593	3.240	—	(1.294)
Itaú Auto e Residência	2.569	13.803	(249)	—
Renova	2.100	2.646	—	—
Porto Seguro Gestora de Recursos	1.596	—	(3.280)	—
Unigás	1.233	—	—	—
Mobitech / Porto Serviço Negócios S.A (i)	950	1.149	(225)	(1.455)
Porto Serviço	456	—	—	—
Portomed	95	51	—	—
Porto S.A.	76	97	(6.134)	(8.944)
Renova Peças Novas	3	1	—	(2)
Porto Conecta / Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios S.A. (ii)	2	5	—	—
Porto Odonto	—	5	—	—
Porto Assistência (iii)	—	—	—	(219.722)
CDF Ltda (iii)	—	48.037	—	(449.568)
<b>Demais</b>	—	—	—	—
	<b>578.638</b>	<b>577.569</b>	<b>(963.336)</b>	<b>(819.058)</b>

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

(ii) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Porto Conecta passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios S.A..

(iii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente.

### 35.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
Participação nos lucros – administradores	(48.909)	(57.008)
Honorários de diretoria e encargos	(21.750)	(19.550)
	<b>(70.659)</b>	<b>(76.558)</b>

### 36. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Junho de 2025</b>	<b>Junho de 2024</b>
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	832.109	717.423
Média ponderada do número de ações durante o período	717.468	698.593
Resultado por ação básico e diluído	1,1598	1,0270

### 37. OUTRAS INFORMAÇÕES

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2025 em conjunto com as informações trimestrais da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 12 de agosto de 2025 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

### 38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de julho de 2025 foi distribuído a título de dividendos, oriundos da reserva estatutária, o montante de R\$ 37.000.

\* \* \*